



# Anais da Assembléia

Nº 05

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 04 DE MARÇO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 1982

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur e secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Nelson Buffara.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nadi, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, Regime de Urgência aos Projetos de Resolução nºs 117/81 e 118/81, ambos de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que visam, respectivamente, autorizar a realização de plebiscito nas áreas que especifica, visando a criação dos Municípios de Turvo e Cantagalo, ambos do Município de Guaraçuva.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1982.

(a) LEÔNIDAS CHAVES

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja inscrito na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. OLAVINO ALVES ARAÚJO.

Outrossim, solicito seja dado conhecimento do inteiro teor do mesmo, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1982.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Padre DELILE PINTO RIBEIRO. Outrossim, requer que da decisão da Casa, seja dada ciência à Província Brasileira da Congregação da Missão, através do Colégio São Vicente de Paula, de Irati.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1982.

(a) JOÃO MANSUR

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva, principalmente, prestar preito de reconhecimento, a quem, inegavelmente, durante toda sua existência, prestou, por onde passou, incontestáveis trabalhos espirituais, intelectuais e comunitários.

O Padre Delile, mineiro de Pará de Minas, iniciou sua carreira de preparo à prestação dos serviços religiosos no Brasil, posteriormente transferindo-se para a França, onde cursou Teologia em Dax, tendo também freqüentado a Universidade de Sorbonne.

Ordenado em Das/França, no ano de 1923, retomou ao Brasil, lecionando em seminários de vários Estados do Brasil, esteve também no Paraná, mais precisamente no Município de Irati, onde durante doze anos foi professor de Química, Física e Biologia, tendo contribuído de forma efetiva para a formação intelectual de grande parte da comunidade iratiense.

Homem de indiscutível cultura e humanismo, após afastar-se das funções de educador, dedicou-se ao ministério sacerdotal, até vésperas de seu lamentável falecimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações à direção do periódico "O MARANATA", editado na cidade de Paranaguá.

O referido mensário interdenominacionado evangélico, brilhantemente orientado por Dyarone Ramão Martins, Ev. Adonis Martins e Juarez de Oliveira, tem contribuído para a conveniente informação e formação dos seus leitores, merecendo, portanto, nosso reconhecimento.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da Casa à direção de "O Maranata".

Sala das Sessões, em 04 de março de 1982.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado voto de louvor ao jornal "Diário Popular", pela passagem dos 19 anos de fundação daquele órgão de comunicação.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1982.

(a) GERNOTE KIRINUS

#### JUSTIFICATIVA:

Há 19 anos fundava-se em Curitiba, mais um jornal com propósitos de bem informar a população paranaense do que se

passa nos meios políticos, sociais e esportivos. A força de vontade, o otimismo e o idealismo por parte dos fundadores, fizeram com que o "Diário Popular" alcançasse projeção nacional, pois seus exemplares são vendidos tanto em bancas de cidades de Santa Catarina, como nas do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

Os 19 anos de funcionamento ininterrupto, e com tiragens diárias que alcançam mais de quinze mil exemplares, que se elevam a vinte e cinco mil aos domingos, projetaram nosso Estado do Paraná aos mais altos conceitos nos meios empresariais e políticos.

O "Diário Popular", contando com seu Diretor Fundador, Dr. Abdo Aref Kudry, sempre soube se portar com independência e com amor à veracidade dos fatos. Assim sendo, aquele órgão de comunicação deve ser merecedor de louvores por parte deste Poder.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER após ouvido o Plenário, a inserção em ata de voto de louvor ao médico farmacêutico, pesquisador e autor, Doutor JOÃO ANGELY, pela obra escrita "Flora Descritiva do Paraná", recentemente doada à Biblioteca da Universidade Federal do Paraná.

Outrossim, requer que, da decisão da Casa, seja dada ciência à pessoa do homenageado.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1982.

(a) JOÃO MANSUR

#### JUSTIFICATIVA:

Enriquece-se o acervo da Biblioteca da Universidade Federal do Paraná, após o evento da doação e entrega pelo ilustre médico, pesquisador e autor da enciclopédia "Flora Descritiva do Paraná" àquela entidade, quando de sua recente visita a esta Capital.

Obra de inestimável valor, pois constitui o resultado de inúmeros anos de detida e minuciosa pesquisa, que proporcionou um resultado final de 12 volumes, de aproximadamente 3.500 páginas, compondo 180 capítulos e dezessete quilos de informações científicas.

Segundo o autor, médico José Angely, formado pela Faculdade de Medicina da U.F.P., e hoje prestando serviços no Estado de São Paulo, na Fundação Centro de Pesquisas, a obra demorou oito anos para ser completada, uma vez que encontrase consubstanciada de toda gama de informações sobre a matéria, estando reunidas ali informações de forma pesquisada, inclusive pesquisa de campo, feita por Saint'Hilaire, em 1816, até os dias atuais, compilando informações sobre um total de 6.395 diferentes espécies, após consulta a 4.900 obras diferentes.

Tem seu valor fundamentado, principalmente na fonte de pesquisa que proporciona, sendo realmente incalculáveis.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente requerimento, atendidas as formalidades regimentais, REQUER seja aprovado um voto de solidariedade à campanha encetada pelo matutino "O Estado do Paraná", no combate às diversas modalidades de contravenções e às formas denunciadas de corrupção paralela.

Requer ainda, sejam enviadas cópias do expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1982.

(a) RENATO BERNARDI

#### JUSTIFICATIVA:

O jornal "O Estado do Paraná" vem abrigando há dias, em

suas páginas, amplas matérias enfocando as mais diversas denúncias da ação nefasta da contravenção organizada em nosso Estado.

Denuncia, outrossim, a omissão de parte da Polícia Civil, no combate a este procedimento, assim como faz a denúncia do envolvimento policial no acobertamento de tais práticas.

A convivência ou, ao menos, a omissão, tem sido a porta responsável pela instalação de outras formas de crime organizado e que, por ser organizado, tem tomado incompetente o seu próprio combate.

A sociedade, dentro da angústia e da insegurança, provocadas pela exagerada e rápida urbanização dos centros maiores, não pode ser submetida a um clima de intimidação.

Tal estado de coisas, além de insuportável sob o ponto de vista ético, não pode permanecer, por ser um dos fatores de intranquilidade da população, de diminuição da sua qualidade de vida e pela tibiez transmitida ao aparelho de segurança no combate ao crime.

O crescimento de nossas cidades e a industrialização tem, dentro das estruturas vigentes, provocado um tipo de marginalidade e criminalidade de difícil combate, por ter outras raízes que não a simples eficiência do aparelho de segurança pública.

Se o combate ao crime estrutural e eventual já se torna difícil, mais árduo se tomará tal combate ao se admitir a existência do crime organizado, por pressupor omissão, muitas vezes, outras convivências e, em alguns casos, a denúncia de participação de elementos ligados ao mister de zelar pela segurança do cidadão.

A sociedade não pode, sob pena de não se garantir como entidade soberana, admitir sequer qualquer dúvida quanto à integridade dos responsáveis pela sua segurança.

Daí o motivo fundamental de nossa solidariedade à campanha movida pelo jornal "O Estado do Paraná" e a urgente necessidade de providências serem tomadas para coibir tais abusos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos ao jornal "Diário Popular", dinâmico e atualizado, pela passagem dos 19 anos de sua existência.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1982.

(a) MÁRIO CELSO

#### JUSTIFICATIVA:

Graças à capacidade e ao brilhantismo do jornalista Abdo Aref Kudry, o jornal "Diário Popular" é hoje uma força viva em nosso campo de comunicação.

Fundado em 1963, conta com uma equipe de profissionais do maior gabarito, revelando fatos, fazendo denúncias, promovendo gente e prestando serviço de utilidade pública, o "Diário Popular" sempre manteve sua linha popular, consagrada por todas as camadas sociais.

Marcado com promoções anuais, como "Melhores do Ano", "Chuteira de Ouro", "Chuteira de Prata" e outras, sempre procurou valorizar o elemento humano.

Com um dos melhores e mais bem equipados parques gráficos do Brasil, representa um motivo de orgulho para o Paraná e nossa gente.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a

consignação em Ata de um voto de regozijo ao jornal "Diário Popular", editado nesta Cidade de Curitiba, pelo transcurso do 19.º aniversário de fundação.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa, seja comunicado o Dr. Abdo Aref Kudry.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1982.

(a) GABRIEL SAMPAIO

#### JUSTIFICATIVA:

O dia 04 de março de 1982, consagra uma feliz efeméride para todos os paranaenses. Nesta data, o jornal "Diário Popular" comemora o seu 19.º aniversário.

Nascido sob a direção do dinâmico Dr. Abdo Aref Kudry, aquele matutino granjeou ao longo de sua vida, um lugar de destaque entre os meios de comunicação social. Paladino das causas populares, vem, ao longo do tempo, marcando brilhante trajetória, formando e informando os nossos coestaduanos.

O elevado conceito alcançado perante a comunidade nacional, foi conquistado graças ao elevado descortínio e firme determinação de seu Diretor, que sempre imprimiu bem alto entre os diversos quadros que compõem a equipe do jornal — a causa paranista como apanágio maior.

Para isto, contou com a decisiva participação dos diversos quadros componentes de sua estrutura, notadamente da área editorial, a quem estendemos os nossos votos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado e ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Finanças, solicitando estudos no sentido de isentar de multa, juros e correção monetária, os devedores do ICM até 31 de dezembro de 1981.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1982.

(a) DARCY DEITOS

#### JUSTIFICATIVA:

A política econômica imposta pelo Poder Central ao empresariado brasileiro trouxe consequências desastrosas aos mesmos, atingindo principalmente o pequeno e médio empresário, o qual foi obrigado a deixar de cumprir com inúmeras obrigações fiscais, inclusive ao pagamento do ICM.

Toma-se impossível ao empresário paranaense o pagamento desses débitos com juros e correção monetária, além de pesadas multas, daí a presente solicitação, para que os mesmos sejam isentos desses encargos, podendo daí regularizarem a sua situação perante a Fazenda Estadual.

Diga-se ainda, que essa medida não será isolada, pois o Governo Federal usou-a através do Decreto Lei 1893, de 16 de dezembro de 1981, quanto aos débitos de imposto sobre a renda.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER aprovação para um pedido desolicitação ao IBGE, no sentido de proceder uma nova estimativa populacional no Município de Pato Branco.

Que da decisão comunique-se ao Sr. Prefeito e Presidente da Câmara de Vereadores de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1982.

(a) NILSO SGUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Pato Branco vem crescendo e desenvolvendo-se continuamente. Como moderno centro urbano tem atraído as populações vizinhas, e o crescimento populacional

é notado a olhos vistos.

Ora:

considerando que a flutuação populacional no Paraná, nos últimos anos foi deveras significativa;

considerando que a migração campo-cidade concentrou-se notadamente e que a modernização agrícola junto com outros fatores determinaram o esvaziamento de regiões agrícolas, com deslocamento de contingentes humanos, para as cidades grandes e de médio porte,

considerando ainda os resultados do último censo demográfico, recentemente publicado e ao significativo número de novas qualificações eleitorais feitas nos últimos meses em Pato Branco, notadamente de pedidos de transferência, e,

finalmente, que para fixação dos subsídios dos Srs. Vereadores, a lei determina o critério do número de habitantes, é imperioso considerar uma realidade que ocorre naquele município, depois de realizado o censo demográfico.

Pato Branco é conhecida como a Capital do Sudoeste, por se constituir indubitavelmente no centro comercial, industrial e social da maioria dos municípios que constituem a Região Sudoeste. Exercendo sobre os demais municípios forte influência e inquestionável atração que as necessidades da vida moderna criam, fazendo com que o homem deixe o campo pela cidade. Entre as necessidades mais imediatas, podemos destacar que a cidade de Pato Branco, nos últimos anos, vem oferecendo as seguintes vantagens, para atrair novos habitantes dos vizinhos municípios e mesmo de outras regiões: instalações de modernas lojas comerciais; supermercados e inclusive shopping-centers, centro médico-hospitalar dos mais avançados do interior do Estado; ampla rede bancária e educacional, privilegiada esta com ensino superior de suas faculdades; conceituadas emissoras radiofônicas e estação de TV em fase de instalação; bons cinemas; ativos clubes sociais recreativos e ingresso agora do seu futebol na Primeira Divisão de Profissionais do Estado, além de formidável rede hoteleira e entroncamento rodoviário regional.

Dispondo de infra-estrutura básica, de água, eletricidade e telefonia, novas indústrias começam a atrair contingentes humanos para a maior oferta de empregos da região.

São enfim, os números que informam ter aumentado no último ano o eleitorado do município em mais de três mil eleitores, fazendo inclusive com que fosse aumentado para a próxima legislatura, o número de nove para onze cadeiras na Câmara Municipal.

Daí porque, para que possa o legislativo municipal de Pato Branco, atualizar, de acordo com a Lei Complementar número 25, com as alterações através da Lei Complementar número 38, artigo quarto, os subsídios dos Senhores Vereadores, mister se faz que dados atualizados de sua população sejam conhecidos ainda este ano.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. LUCIANO LACERDA, DD. Presidente da Junta Comercial do Paraná, solicitando a instalação de um Escritório da Junta Comercial na cidade de Cornélio Procopio.

Ocorre, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a falta de um Escritório da Junta Comercial em Cornélio Procopio, município que é centro geográfico de uma grande região, tem causado enormes transtornos aos comerciantes e proprietários de escritórios de contabilidade, que precisam se deslocar para o Escritório de Santo Antônio da Platina. Este, além de ficar bem distante, tem um inconveniente mais grave, pois não existe linha direta de ônibus entre os dois municípios.

A situação é tão aflitiva que todos se propõem a cola-

borar, tendo a Associação Comercial de Cornélio Procópio colocado suas dependências à disposição da Junta para a instalação do referido Escritório.

Juntamos ao presente solicitação dos comerciantes e proprietários de Escritórios de Contabilidade de Cornélio Procópio.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1982.

a) ROSÁRIO PITELLI

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N.º 06/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor HERMES FARIAS DE MACEDO.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1982.

a) AIRTON CORDEIRO

#### JUSTIFICATIVA:

DADOS BIOGRÁFICOS DO DEPUTADO HERMES FARIAS DE MACEDO

— Nascido no dia 07 de março de 1914, em Rio Pardo/RS.  
— Filho do Senhor Delíbio de Macedo e Dona Therezinha de Macedo.

— Casado com Dona Jahyra Rosa Laffitte Macedo.

— Tem seis filhos: Vânia Maria Macedo de Araújo, casada com o Senhor Djalma Gomes de Araújo, Maria Consuelo Macedo Guimarães, casada com o Doutor Eduardo Lopes Pereira Guimarães; Doutor Hermes Macedo Júnior, casado com Dona Eliane de Loyola e Silva Macedo, Doutor Luís Fernando Macedo, casado com Dona Sílvia Maria Beniamino Macedo; Eliane Macedo Vianna, casada com o Doutor Luís Francisco Novelli Vianna e Denise Macedo Amaral, casada com o Senhor Ricardo Amaral.

— Formado em Direito, em 1941, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

— Diretor Presidente de Hermes Macedo S/A. A Empresa foi fundada em 30/10/1932, pelo atual Deputado Federal Hermes Macedo, completando este ano seu JUBILEU DE OURO. É dos maiores contribuintes de impostos municipais, estaduais e federais e conta com 160 lojas no País, empregando 8.300 pessoas.

— Diretor Presidente de Isnard S/A; Agropecuária Paraná S/A; HM Administração Patrimonial Ltda; HEMA Administração Patrimonial S/A; DAUSA - Distribuidora de Veículos Umuarama S/A, HM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, HM Administração de Consórcios S.C. Ltda, HM Financiadora S/A - Crédito Financiamento e Investimento.

— Deputado Federal pela quinta legislatura consecutiva: 1963/1967, 1967/1971, 1971/1975; 1975/1979, 1979/1983.

— Faz parte atualmente das Comissões de Transportes e Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

— Cidadão Honorário de Curitiba em 30 de junho de 1961.

— Cidadão Honorário de Paranavaí em 24 de abril de 1976.

— Cidadão Honorário de Ponta Grossa em 14 de junho de 1977.

— Detentor da Medalha da Cruz do Mérito Cultural, da Ordem da Solidariedade.

— Detentor da Medalha do Mérito Comercial, das Federações do Comércio do Estado do Paraná.

— Membro do Conselho Superior e Sócio Benemérito da Associação Comercial do Paraná.

— Detentor da Medalha da Ordem do Ipiranga, instituída pelo Governo de São Paulo.

##### PROJETO DE LEI N.º 07/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar à ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO, um terreno urbano, com a área de 800 metros quadrados, situado na Rua Amazonas, e de propriedade do Estado do Paraná, conforme transcrição número 16.512, do livro 3, às fls. 91, do Cartório de Registro de Imóveis de Cornélio Procópio.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1982.

a) ROSÁRIO PITELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Comercial e Industrial de Cornélio Procópio é uma entidade que vem prestando relevantes serviços à comunidade procopense. Além de ser de grande utilidade aos seus associados, tem tido ela um objetivo maior que é o de procurar ampliar o parque industrial da cidade, proporcionando consequentemente maior oferta de empregos.

Em razão de um trabalho intenso e permanente, deseja também construir sua sede própria, a fim de melhor desempenhar sua nobre missão.

Sendo o Governo do Estado possuidor de um terreno na área urbana desde 1969, sem ocupação, seria de interesse do próprio município, que o mesmo fosse doado à Associação Comercial e Industrial, para que nele de imediato fosse edificado uma nova e bela construção para a cidade.

##### PROJETO DE LEI N.º 08/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Administrativo de Jangada no Município de Iporã com as seguintes divisas e confrontações: partindo do marco zero segue-se confrontando com a Estrada Divisora até encontrar o marco um, numa distância de 15.000 metros; deste segue-se confrontando com a Estrada Divisora até o marco dois, numa distância de 6.024 metros; deste segue-se confrontando com o Ribeirão Jangada descendo pela sua margem esquerda até encontrar o marco três, numa distância de 26.300 metros; do marco três segue-se confrontando com a Estrada Lobato até encontrar o marco zero, numa distância de 9.200 metros.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1982.

a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Iporã atravessa fase de grande progresso, notadamente na área que ora se pretende criar o Distrito Administrativo de Jangada, onde há população residente superior a 3.300 operosos e dedicados cidadãos.

A medida que ora propomos para converter-se em lei, uma vez colimada esta proposição, irá converter-se em valiosa medida àquele progressista município.

##### PROJETO DE LEI N.º 09/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Administrativo de Nilza no Município de Iporã com as seguintes divisas e confrontações: partindo do marco zero segue-se confrontando com o Rio Xambrê, subindo pela sua margem direita até encontrar o marco um; deste segue-se confrontando com o Córrego Gavião, subindo pela sua margem direita, até encontrar o marco dois; deste segue-se confrontando com a Estrada Divisora, até encontrar o marco três, deste segue-se confrontando com o Córrego Iporã, descendo pela sua margem esquerda, até encontrar o

marco quatro, deste segue-se confrontando com o Rio Piquiri, subindo pela sua margem direita. Até encontrar o marco zero, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1982.

a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Iporã atravessa fase de grande progresso, notadamente na área que ora se pretende criar o Distrito Administrativo de Nilza,\* onde há população residente superior a 3.900 operosos e dedicados cidadãos.

A medida que ora propomos para converter-se em Lei, uma vez colimada esta proposição, irá converter-se em valiosa medida àquele progressista município.

#### PROJETO DE LEI N.º 10/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Distrito Administrativo de Guaiporã no Município de Iporã com as seguintes divisas e confrontações: partindo do marco zero segue-se confrontando com a Estrada Divisa Byngton, até encontrar o marco um; deste segue-se confrontando a Estrada Byngton, e com os lotes 308, 301, 300 até o marco dois, deste segue-se confrontando com o Ribeirão Jangada, subindo pela margem direita, até encontrar o marco três; deste segue-se confrontando com os lotes 297 e 297-A e Estrada São Paulo, até encontrar o marco quatro; deste segue-se confrontando com a Estrada São Paulo até o marco cinco; deste segue-se confrontando com o Córrego São Bento, descendo pela sua margem esquerda até encontrar o marco seis, deste segue-se confrontando com o Ribeirão Santo André, descendo pela sua margem esquerda até o marco sete; deste segue-se confrontando com o Ribeirão Xambê, descendo pela sua margem esquerda até encontrar o marco oito; deste segue-se confrontando o Córrego divisor do Lote n.º 3, subindo pela sua margem direita até encontrar o marco nove; deste segue-se confrontando com a divisa de lotes, até encontrar o marco dez; deste segue-se confrontando com o Córrego de Divisa, até encontrar o marco onze; deste segue-se confrontando com a Estrada Divisora, até o marco doze; deste segue-se confrontando com a Estrada do Aeroporto e Aeroporto, até encontrar o marco zero, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1982.

a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Iporã atravessa fase de grande progresso, notadamente na área que ora se pretende criar o Distrito Administrativo de Guaiporã, onde há população residente superior a 1.800 operosos e dedicados cidadãos.

A medida que ora propomos para converter-se em lei, uma vez colimada esta proposição, irá converter-se em valiosa medida àquele progressista município.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O “Diário Popular” comemora hoje, dia 4, 19 anos de serviços prestados à coletividade paranaense, sempre informando de maneira correta e imparcial, comandado pelo dinâmico Presidente, Dr. Abdo Kudry.

Hoje o “Diário Popular” é um dos órgãos de maior con-

ceito no jornalismo de nosso Estado. Nesses 19 anos, destacou-se pela sua independência e também pela sua conduta, acima de tudo, em favor da verdade, o que faz ser um dos órgãos de imprensa, mais destacados no cenário nacional.

O “Diário Popular” recebeu, em 19 anos de existência, pessoas ilustres que, juntamente com o jornal, fazem a história do mundo em que vivemos, entre os quais, podemos destacar os Ministros Delfin Neto, Délio Jardim de Matos, Hélio Beltrão e tantos outros nomes que ajudam a construir este País, idealizando promoções que ganham, ano a ano, mais destaque no seio da sociedade paranaense, para não dizer, brasileira, com a edição dos melhores do ano, que é um exemplo do que ilustramos acima, pois aponta com absoluta imparcialidade, aquele que realmente trabalha em prol das coisas do Paraná.

“Chuteira de Ouro e Prata” constitui-se na maior promoção do esporte da “Terra dos Pinheirais”, inclusive revelando jogadores de expressão nacional como é o caso de Everton, atualmente atuando no São Paulo Futebol Clube. Neste espaço também destacamos as prévias eleitorais que realmente dizem a verdade da opinião pública com relação aos políticos que pretendem cargos eletivos.

Enfim, um jornal que realmente labuta pelas coisas de nosso Estado, levando seu nome e o trabalho de seu povo, além fronteiras.

Fica aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os meus sinceros cumprimentos ao Diretor-Presidente do “Diário Popular”, o eminente jornalista Abdo Khoudry e toda a sua equipe que faz um jornalismo sério e honesto. Faço também votos para que continuem sempre bem informando a nossa coletividade. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na segunda-feira última da semana em curso, a “Gazeta do Povo” divulgou uma notícia de autoria do Deputado João Elísio, meu grande e querido amigo. Conhecendo como conheço o Deputado João Elísio, estou convicto, estou certo de que ele falou o que lhe passaram. O Deputado João Elísio, excelente caráter como é, não mente, não falta com a verdade e não é farsante. Ele disse o que lhe passaram e quem deve ter-lhe passado, foi o Prefeito Municipal de Paranaguá: “que o Governo do Estado do Paraná não teria dado auxílio nenhum na Operação-Praias ao Município de Paranaguá, que tem sob sua responsabilidade as praias do Pontal do Sul até Monções. Monções próximo à Praia de Leste. Toda aquela extensão de praias, Monções ao Pontal do Sul, pertence ao Município de Paranaguá, e, portanto, está sob sua responsabilidade a conservação daqueles praias, por sinal maravilhosas, e é lamentável que o Sr. Prefeito Municipal de Paranaguá não cuide delas e ainda falte com a verdade, dizendo que o Sr. Governador do Estado nada fez por aquelas praias.

É uma grande inverdade, o Sr. Secretário dos Transportes irritou-se com essa nota, e por sinal passou às minhas mãos, os benefícios que foram prestados ao Município de Paranaguá, na região de Pontal do Sul a Monções, uma extensão de 18 km aproximadamente. E, diga-se de passagem, o Estado faz, para atender uma sugestão nossa, porque o Município de Paranaguá é um dos mais ricos do Paraná, recebe, tem arrecadação de um bilhão e seiscentos milhões de cruzeiros. Eu repito: neste ano arrecada um bilhão e seiscentos milhões de cruzeiros. Pode se dar ao luxo de cuidar daquelas praias que é uma das mais belas regiões do nosso litoral sem que o grande Estado auxilie.

No entanto, o Governo do Estado auxilia e fez os seguintes serviços, os seguintes benefícios naquela região: ponte sobre

o canal — em concreto armado — no Balneário de Santa Terezinha, custo — cinco milhões de cruzeiros. Aterro de acesso à ponte com quatro mil metros cúbicos, isso tudo no Balneário de Santa Terezinha, que fica dentro do Município de Paranaguá. Revestimento do acesso à ponte, melhoramento e revestimento do acesso principal a Santa Terezinha, abertura de valetas para escoamento de águas, limpeza e patrolamento — custo, repito, cinco milhões de cruzeiros, que o Governo do Estado fez e pagou.

Praia de Leste, abertura e valetamento de diversas ruas, roçada em geral, revestimento da rua principal. Shangrilá, limpeza do campo de esporte, pedido do Dr. Botelho, melhoramento da rua do Clube de Shangrilá, observação: os serviços foram executados retirando areia do próprio loteamento, quando o proprietário proibiu a retirada do material, foram interrompidos os serviços.

Ipanema: uma praia das mais belas e mais procuradas da região Pontal do Sul e Praia de Leste, sob a responsabilidade do Prefeito de Paranaguá. Em Ipanema, roçada, limpeza em diversas ruas, valetamento em várias ruas, revestimento da rua principal, implantada e revestida a Rua do Mercado dos Peixes. E na Praia de Monções, espalhamento de lixo a pedido do representante da Prefeitura Municipal, em Praia de Leste, que é o Sr. Roberto Beline, que acompanhou e pode confirmar todos esses serviços feitos sob a responsabilidade do Governo do Estado, melhor dizendo, do Secretário dos Transportes, Nivaldo Almeida.

Em Pontal do Sul, o Governo do Estado fez: operação e limpeza, roçada na rua principal, operação do tapa buraco em Pontal do Sul e outros tantos por toda aquela extensão.

Nós queremos enfatizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não admitimos que se torça a verdade, que a verdade seja denegrida. Nós, com dados comprobatórios, com dados irrefutáveis, estamos aqui, não querendo defender o Governo do Estado, mas, provar que o mesmo num município riquíssimo onde se arrecada um bilhão e seiscentos milhões neste ano, o Sr. Prefeito forneceu informações mentirosas ao insigne e ilustre Deputado João Elísio.

Portanto, quem mentiu foi o Sr. Prefeito, quando disse ao Deputado e esse, por sua vez, declarou à "Gazeta do Povo" que o Governo do Estado nada fazia pelo Município de Paranaguá, somente por Matinhos e Guaratuba.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Da última festa momesca ressaltam alarmantes motivos que nos fazem meditar sobre nossa sociedade do momento atual.

Quer nos parecer que a prática do carnaval desenvolve-se literalmente, pois segundo o que se sabe, o carnaval é uma festa pagã, inspirada em baixos instintos e que oportuniza ao indivíduo dar evasão às suas paixões ou desejos íntimos que em qualquer outra oportunidade comprometeria sua personalidade.

Pois, se fôssemos fazer um levantamento das situações mais sérias ocorridas neste último carnaval e que tenham relações com a família e a sociedade, chegaríamos à conclusão de que nunca alcançamos a uma tão grande e desenfreada permissividade como ocorreu neste ano, diante da enfática e ampla divulgação por jornais, revistas, emissoras de rádio e de televisão.

Não apenas o vale-tudo aconteceu em bailes onde tem sido enaltecido o homossexualismo masculino, mas também em recintos que em outras ocasiões notava-se maior discricção durante essas festividades.

Observamos, em diversos noticiários da imprensa, fotografias em que não havia a menor restrição ao exibicionismo público, a presença daqueles que enlevados pelo sexualismo buscavam uma forma de satisfação de suas fantasias mentais, sem qualquer refreamento diante do fato de se encontrarem em um recinto público.

Ouvia-se, ainda, por aí: "Pouca roupa e muita folia". Foi exatamente o que aconteceu: a prática do top-less foi colocada em evidência, o semi nudismo fazia parte das fantasias.

Pessoalmente tivemos oportunidade de ouvir de muitos, preocupados com a conservação dos padrões morais, a indignação a respeito do assunto.

Não apenas religiosas fizeram seus comentários mas também diversas pessoas que não são muito afeitas ao cultivo dos princípios espirituais declaram seu inconformismo e manifestam sua apreensão quanto ao futuro: hoje o sensualismo e amanhã?

Realmente se fizemos uma análise das conseqüências dessa desenfreada liberalidade permissiva, concluiremos que, efetivamente, se não a juventude somente, mas a própria estrutura social está seriamente comprometida, com a continuidade desses cometimentos.

Bem sabemos, também, que o poder público, na maior parte dos casos, não teria como evitar de uma forma direta, esses abusos mas de forma indireta, logicamente, haveria uma série de possibilidades. Talvez colaborando com aqueles que se propõem a dar uma orientação mais segura aos jovens, os quais, muitas vezes aí nesses bailes é que experimentam, pela primeira vez, o tóxico, ou enveredam por caminhos tortuosos que o conduzirão ao desespero e talvez até mesmo ao suicídio.

Por outro lado, sabemos que, segundo a Palavra de Deus, estamos vivendo em dias muito idênticos aos que antecederam ao Dilúvio e à destruição das cidades Sodoma e Gomorra, ocasiões em que também havia uma licenciosidade desenfreada.

Talvez estes acontecimentos verificados sejam uma forma de alerta àqueles que se preocupam com sua situação espiritual para que vejam que "o Senhor está às portas", isto é, brevemente retornará, pois isto Ele mesmo anunciou e Ele o cumprirá.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez a arbitrariedade se abate contra os menos favorecidos.

Ontem, os moradores da Vila Pluma, de Curitiba, foram surpreendidos com a ação de um suposto proprietário dos terrenos onde moram e que resolveu cercar toda a área com arame farpado, não respeitando sequer o direito de trânsito, o arruamento aberto e que sempre serviu aos moradores há mais de 14 anos.

Evidentemente a população daquele bairro, constituída de trabalhadores, protestou contra tal atitude. E imediatamente se viu a intervenção da Polícia Militar em favor dos que cercavam os terrenos. Um policial militar decidiu então prender, sob alegação de distúrbio da ordem, um dos cidadãos que vivem na Vila Pluma. Recolhido à Delegacia do 10.º Distrito, foi solto à noite diante das ponderações feitas e do bom senso do agente policial de plantão naquele distrito.

Ora, Srs., nada justifica uma atitude deste tipo da Polícia Militar. A Polícia existe para proteger a sociedade, para manter a ordem e o bem-estar social. Não para reprimir moradores de um bairro em favor de uma ação violenta e que repugna a consciência de todos os cidadãos. Nós, do PMDB, lá estivemos para acompanhar a situação e sabemos que hoje voltaram a se repetir os acontecimentos. Tomamos todas as iniciativas possíveis até aqui para encontrar soluções compatíveis com



os interesses maiores da população e esperamos respostas das autoridades para esta questão.

Não poderíamos deixar de fazer o registro destes acontecimentos, porque sabemos que eles se repetem como uma das facetas da opressão sobre a grande maioria dos paranaenses que trabalham, produzem e que não alcançam o direito nem mesmo de um lugar para moradia. Não poderíamos deixar de fazer nosso protesto contra a violência e o arbítrio que prende um cidadão trabalhador simplesmente porque ele protesta contra a restrição de direitos legítimos.

A não solução dos problemas de posse e uso do solo urbano nas cidades paranaenses, especialmente nas de porte médio e grande, nos apresentará confrontos sociais graves. Se as forças que devem manter a ordem e a paz social intervêm para coibir os direitos da maioria, estará instalado o caos.

Os acontecimentos da Vila Pluma, no Pinheirinho, dão um retrato em detalhe da situação mais ampla que vivemos. Uma situação que vai se tornando insuportável para a maioria do povo que passa a exigir mudanças, a substituição dos responsáveis pela injustiça social que contra eles é perpetrada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, queria apenas registrar uma correspondência que chega às nossas mãos, minutos, atrás, encaminhada pela Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná; Federação dos Trabalhadores na Indústria, do Estado do Paraná, e dos Trabalhadores da Indústria da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná.

Esta moção é um apelo que nos é feito no sentido de que levantemos as nossas vozes diante da iminência de ser aprovado pelo Senado Federal, pelo Congresso Nacional, o Decreto-Lei de autoria do Chefe do Poder Executivo, deste País, General João Baptista Figueiredo, que majorou a alíquota de desconto da Previdência Social, sobrecarregando, mais uma vez, os trabalhadores brasileiros.

Estamos apenas registrando esta moção e, ao mesmo tempo, gostaríamos de dizer que a nossa bancada tomará posição fechada em tomo deste assunto, não só aqui, a nível de Assembléia Legislativa, mas como também a nível de Congresso Nacional. Porque nós fomos e somos contra, a qualquer tipo de majoração que possa vir sobrecarregar a já sofrida classe dos trabalhadores brasileiros.

Mas, o assunto que nos traz à tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, refere-se a um movimento que está ocorrendo na cidade de Porecatu, cidade a qual temos a honra de representar nesta Casa.

Não é de hoje que este Governo, que este regime, vem sobrecarregando o povo através de taxas, através de impostos, e através de exigências de contribuições e uma série de obrigações tributárias, que a cada dia mais que passa sobrecarrega o nosso povo, que vem enfrentando situações das mais difíceis, até para sobreviver.

Antigamente, para se majorar uma taxa de cobrança de água ou de luz, eu me recordo quando menino ainda, necessário se tomava ouvir os legítimos representantes do povo.

Se o serviço de água fosse explorado pelo município, ter-se-ia que ouvir a Câmara Municipal. Se esse serviço fosse explorado pelo Estado, ter-se-ia que ouvir a Assembléia Legislativa; e hoje o que acontece? Acontece exatamente o contrário. As taxas de água, de luz e de telefone, são majoradas ao bel prazer da TELEPAR, da SANEPAR e da COPEL, sem que necessariamente tenha que se ouvir os legítimos representantes do povo, da conveniência ou não, da majoração dessas taxas.

E isso tem causado uma série de transtornos. E Porecatu

vem demonstrar que realmente não dá mais para suportar o sufoco da cobrança destas taxas.

Não sei de onde que foi inspirado, ou que nasceu, mas a SANEPAR vem cobrando dos contribuintes paranaenses uma taxa de 100% de esgoto sobre a taxa que ela cobra. E os moradores de Porecatu, dando um exemplo aos demais moradores de todo o Estado do Paraná, não conseguindo, não tendo condições de arcar com o ônus da cobrança nessa taxa de esgoto, resolveram adotar uma medida extrema, que é a medida do boicote. Única forma, talvez, de fazer o Governo insensível aos reclamos da sociedade, ouvir os seus clamores. Boicotaram em torno de 1000 pessoas o pagamento da taxa de água como forma de fazer com que o Governo do Estado, através da SANEPAR, revise a problemática da cobrança de água e esgoto de nossos paranaenses.

E ontem recebemos em nosso gabinete um representante da Comissão que está estudando este problema em Porecatu, que nos fez a entrega de um apelo e de inúmeros outros apelos que fizemos chegar às mãos de todos os Senhores Deputados desta Casa, independentemente de partido, no sentido de que o Senhor Governador do Estado, através da Secretaria do Interior, mais precisamente da SANEPAR, seja sensível aos reclamos do povo sofrido de Porecatu, uma cidade constituída de trabalhadores e de operários.

O nosso apelo é no sentido de que o Governo do Estado procure, urgentemente, solucionar estes casos que estão traumatizando a cidade de Porecatu, já sofrida diante de tantos e tantos órgãos que vêm sendo exigidos pelo Governo.

Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Peço que me perdoe pelo fato de eu ter saído da tribuna após Vossa Excelência ter me concedido a palavra, entretanto, como eu tomei conhecimento de requerimento subscrito pelo Sr. Deputado Paulo Camargo, e que visa a suspensão dos trabalhos, para homenagear um dos grandes paranaenses que emprestaram o brilho da sua inteligência, da sua capacidade, da sua cultura, o seu espírito público à causa pública do Paraná e que também foi membro deste Poder, o Dr. Felisardo Gomes da Costa, falecido ontem sepultado hoje, eu desci da tribuna para me propor ao Sr. Deputado Paulo Camargo, de abrir mão da nossa inscrição, para que o requerimento fosse votado. Todavia, como Vossa Excelência assim não permitiu, volto à tribuna e antes quero me solidarizar, em nome da bancada, com o requerimento do Sr. Deputado Paulo Camargo.

Porque todos aqueles que conheceram a ação do eminente paranaense Dr. Felisardo Gomes da Costa, que colaborou com o Governo do inesquecível Bento Munhoz da Rocha Neto, como seu Secretário da Fazenda, como seu Secretário das Obras Públicas, que foi membro deste Poder, dos mais brilhantes, os Anais desta Casa estão aí recheados da sua atuação brilhantíssima, eu quero, em nome de nossa bancada, associar-me ao pesar de todo o Estado do Paraná, de toda a família paranaense por este infausto desaparecimento.

E antes de abordar o assunto que me traz à tribuna, quero, também devidamente autorizado pelo Sr. Deputado Paulo Camargo, comunicar à Casa que o Sr. Deputado Paulo Camargo solicitou, assinou a sua ficha, retomando ao Partido Democrático Social, de onde havia saído poucos meses atrás, para formação do Partido Popular.

É uma notícia para nós mais do que alvissareira, porque o Deputado Paulo Camargo – eu já disse uma vez nesta Casa – se constitui num dos patrimônios do Poder Legislativo do Paraná, em primeiro lugar, por ser o decano dos Deputados desta

Casa, e, em segundo lugar, porque durante todo este tempo, o Deputado Paulo Camargo - e estão aí, eu recorro novamente aos Anais da Casa, estão os Anais, aí, para comprovar aquilo que eu afirmo, teve uma atuação das mais brilhantes neste Legislativo, um homem que merece e sempre mereceu o respeito de todos os membros deste Poder, inclusive das bancadas às quais ele não pertencia, porque viam nesse eminente paranaense, filho de tradicional família, família cujo pai foi Governador deste Estado, viam sempre na ação desse eminente paranaense, uma ação extraordinária, em favor do progresso, em favor do bem-estar da gente do Paraná.

Portanto, hoje, o PDS está em festa!

A Bancada do PDS, nesta Casa, agigantou-se com o retorno do eminente Deputado Paulo Camargo, porque ele, realmente, merece que a nossa bancada, através da sua Liderança, lhe dê as boas vindas, e diga que a bancada sente-se feliz, e o recebe de braços abertos.

**O Sr. Nelson Buffara** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Antes que Vossa Excelência entre para um outro assunto, com respeito ao que Vossa Excelência acaba de citar, referindo-se ao Deputado Paulo Camargo, quero dizer a Vossa Excelência que eu, como Deputado, e que, juntamente com Vossa Excelência, convivo com esse ilustre homem público desde 1966, nesta Casa Legislativa, ele, muito antes desta data, porque já se encontrava aqui.

Aprendi a admirá-lo e a respeitá-lo.

Paulo Camargo é um Deputado sóbrio, equilibrado, inteligente, estudioso, sobretudo. A nossa bancada do PDS, como disse Vossa Excelência, - e eu parabeno-me com o Deputado Erondy Silvério, nosso eminente Líder - recebe-o com muita satisfação, na certeza de que ele preencherá uma lacuna que havia deixado, e que, para nós, não tínhamos conseguido preenchê-la.

Acho que está de parabéns o PDS, Vossa Excelência, e aqueles que, como o Deputado Paulo Camargo conseguiram fazer com que ele se conscientizasse e provássemos a ele, e ele ciente está, de que o seu legítimo lugar era dentro do Partido Democrático Social.

Muito obrigado.

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Agradeço a Vossa Excelência.

Sr. Presidente, a Bancada do PDS também recebeu, neste instante, da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Paraná, um apelo, apelo para que esta bancada se associe ao movimento nacional, movimento nacional que visa repudiar o decreto do Poder Executivo Federal, com relação aos descontos da Previdência Social, mais precisamente Decreto 1910/81, anulando os maléficis efeitos, segundo a redação desse ofício, contra a classe trabalhadora, ora, contra o assalariado, em geral, no País.

Então, o apelo é no sentido de que a nossa bancada se engaje nesse movimento e pressione os Senhores Membros da Bancada do PDS, no Congresso Nacional, pela rejeição pura e simples, do Decreto 1910/81.

Quero responder, de pronto, este ofício, sem consultar a bancada, que a Federação dos Trabalhadores no Estado do Paraná pode, efetivamente, contar com o nosso apoio, porque nós, também, fazemos parte do povo. E, pertencer a um Partido que empresta apoio ao Governo não quer dizer que os membros desse Partido se curvem submissamente a medidas que contrariem o interesse da coletividade.

E essa questão da previdência social, amplamente debatida em todo o País, e que seria fastidioso repetir aqui, a argumentação usada por todos aqueles que foram contra o "pacote" da previdência.

Evidente que essas modificações prejudicaram o assala-

riado e não só o assalariado, mas como também, o empresário nacional, que hoje pagam pelo crime de serem os únicos que realmente pagam as suas contribuições em dia, para a Previdência Social - a Previdência Social, já se disse também neste País mas não será demais repetir, ao invés de eliminar os males da sua burocratização, eliminar a corrupção que existe em alguns setores da Previdência Social, para cobrir o déficit verificado em seus orçamentos, investiu pelo caminho mais fácil, que é, avançar no bolso do contribuinte, no bolso do previdenciário, nessas condições, podem os assalariados deste País estar certos da imensa contribuição da nossa bancada, nesse sentido, apesar de que não será a favor, se o Congresso Nacional rejeitar o referido Decreto, porque o Congresso Nacional, ao apreciar a Mensagem do Governo Federal que estabelecia novos parâmetros para a Previdência Social, fez como Pilatos, lavou as mãos e autorizou o Governo Federal a tributar os bens considerados supérfluos neste País, em cerca de vinte por cento, quer dizer, lavou as mãos, e devolveu o problema ao Executivo, quando a ação do Congresso Nacional deveria ter sido outra! Mas podem estar certos os nobres representantes da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Paraná, da nossa colaboração, do nosso engajamento nessa campanha, que é das mais justas!

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não costumo criticar membros desta Casa durante sua ausência, mas todos nós sabemos que, há uma extensa lista de inscrição para oradores, nesta Casa; e o orador, uma vez inscrito, se ele não quiser usar o seu direito de inscrição, ele seguirá para o fim da fila; eu estava inscrito para falar, hoje, com relação a umas declarações prestadas pelo Deputado Gilberto Agibert Filho não só à imprensa local, como, à imprensa nacional. Ele não está presente, chegou a minha vez e vou dizer, depois, ele tem o direito de também dizer o que ele sente a respeito do assunto, agora, se não fosse pela maldade preconceituosa, eu não me ocuparia e não tomaria o tempo dos Srs. Deputados, com declarações que eu considero ridículas, feitas por um Deputado representante do povo, à imprensa não só local, como nacional! Quando ele afirmou - afirmou - com o maior "caradurismo" deste mundo, afirmou que, a recente viagem do Deputado Federal Norton Macedo a Israel, teria por objetivo captar financiamentos para a campanha eleitoral do candidato Saul Raiz, ao Governo do Estado. O fato foi amplamente divulgado!

Que, a viagem do Deputado Norton Macedo, em companhia do Presidente do Senado, Jarbas Passarinho, decorreu de sua posição como um dos membros mais importantes do Congresso Nacional, cujos componentes representam o Congresso no atendimento de convites oficiais formulados por governos estrangeiros, e, são todos os membros do Congresso Nacional, sem exceção, todas as bancadas enviam representantes seus, ao exterior, atendendo convites de governos estrangeiros, nas mais variadas missões designadas pelos Presidentes das duas Casas do Congresso Nacional, são comitivas amplamente estimuladas pelo Governo brasileiro, visto que, o intercâmbio parlamentar repetidas vezes, toda a Nação sabe, tem conhecimento disto, esse intercâmbio parlamentar tem aberto portas para o incremento de relações comerciais hoje vitais, essas relações comerciais, para a sustentação do nosso desenvolvimento, para o equilíbrio da nossa balança de pagamentos - países no estágio econômico do Brasil, precisam, efetivamente, de manter essas relações de amizade, de reciprocidade, com todas as nações do mundo, haja vista a posição do Governo brasileiro com relação aos países árabes, a pendência que houve entre Israel e os países árabes, o posicionamento do Ministério das Relações Exteriores, foi o mais sábio possível, por que? Porque o Brasil, efetivamente, precisa de todas as nações do mundo. Mas, o "007" desta Assembléia armou um argumento novelesco, segundo o qual, o movimento sionista internacional quer



implantar uma cunha na atual posição pró-árabe do Governo brasileiro, financiando campanhas políticas de candidatos do PDS. Não pode haver maior disparate do que esse pensamento.

Qual seria o objetivo do nosso Deputado, do nosso Deputado contra-espião? Será que seria estimular o financiamento dos candidatos do PMDB pela Opep? Transferindo para o Brasil os conflitos do Oriente Médio? É a única conclusão a que se pode chegar diante do ineditismo das declarações do eminente Deputado. Em todo o caso, vamos aguardar o próximo episódio da exuberante intriga internacional armada nesta Casa.

Seria mesmo de rir, nós já dissemos, não fosse maldade e preconceito, primeiro, apresentando um Parlamentar desse Estado, que honra a sua representação com posição realçada, numa das mais destacadas comissões do Congresso Nacional, e Presidente de um Partido, da Seção Estadual de um Partido que por si só merece uma condição de respeito. Imaginem só os nobres componentes das bancadas de Oposição, se nós viéssemos aqui, nesta Casa, criticar atos pessoais dos seus presidentes de agremiações políticas. Seria aéreo, seria contra senso e fugiria a toda boa ética parlamentar que deve imperar em todas as casas legislativas. Entretanto, o Presidente da Seção Regional do PDS no Paraná, foi contemplado, agraciado com as ridículas afirmações do Deputado Gilberto Agibert Filho pela imprensa nacional. Na hora em que realiza a missão oficial de seu País, como um postulante de verbas ocultas, para atrair a posição de sua Pátria.

E preconceito evidente, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, é a reiterada condenação que não só esse eminente Deputado, mas outros membros da Oposição fazem à origem judaica do candidato Saul Raiz, postura essa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, incompatível com a natureza do povo brasileiro, todo ele originado de todos os credos e raças e, por isso mesmo, impermeável à qualificação de qualquer pessoa por seu sangue ou religião, a não ser aquele índio que esteve aqui atrás de um Deputado para comprar um trator - aquele é o único que tem sangue legítimo. O resto que está por aí, é tudo misturado.

Nós temos absoluta certeza que esse tipo de argumentação que enlameia uma campanha política, sequer iniciada, vai merecer do povo paranaense, total repúdio. Nazistices como a do nobre Deputado Agibert, porque isso eu só posso creditar num homem que seja admirador de Adolf Hitler.

Acho que vai ter efeito inverso do desejado por seu autor, ampliando as adesões do candidato Saul Raiz até o momento fartas e obtidas graças a seu conceito, a seu trabalho por este Estado e o reflexo do prestígio que desfruta em todo o Paraná. Mas a opinião pública, Sr. Presidente, Srs. Deputados, precisa saber também, que falecem ao Deputado Gilberto Agibert Filho, condições políticas sequer, para esboçar o roteiro de folhetim que ora intenta. Isso é politinesco, Sr. Presidente, porque os personagens com os quais ousou arquitetar a fantasiosa estória, pela dignidade e respeito que sempre impuseram, não devem ser mencionados com irresponsabilidade.

E veja, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em 1978, eu recebi uma carta de Prudentópolis, carta que contém as mais pesadas acusações de corrupção contra a administração do Prefeito que é representado nesta Casa pelo Sr. Deputado Gilberto Agibert. Está aqui o papel, amarelado, pelo tempo. Eu vinha usar um documento dessa natureza para atingir a honradez sem provas documentais do que aqui está escrito? Inclusive, envolvendo o próprio Deputado Gilberto Agibert Filho, então, Consultor Jurídico do Prefeito (Dalsan) de Prudentópolis, absolutamente! Estou aqui com a carta assinada por quem de direito. No entanto, eu nunca usei, por isso é que eu me revolto contra as declarações do nobre Deputado, caluniosas, fantasiosas, dirigidas ao Presidente da Seção Estadual do meu Partido.

Acho que deve haver respeito dos políticos para os políticos. As eleições são em 15 de novembro de 82, aí o povo é quem vai dizer quem presta e quem não presta, é o povo que

vai julgar. Nós não precisamos de nenhum "007" para contar ao povo do Paraná ...

**O Sr. Gilberto Agibert Filho** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, quero agradecer o aparte. Gostaria de dizer ao Senhor o seguinte: quanto às declarações que eu fiz para a imprensa da Capital, não afirmei convictamente qualquer coisa que se possa dizer.

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Mais uma prova da falta de caráter de Vossa Excelência. Porque quando a gente afirma, afirma ou não afirma.

**O Sr. Gilberto Agibert Filho** — Agora, suspeitei e acho que é um direito que eu tenho de suspeitar. Afinal de contas, depois que o Governador Ney Braga faz uma viagem a Israel, logo depois o candidato do PDS, Saul Raiz, e agora o Presidente do Partido no Estado do Paraná, Norton Macedo, eu posso suspeitar, porque é um direito que tenho. Não estou afirmando coisas, estou simplesmente dizendo que suspeito e é um direito que tenho.

O Sr. Deputado tem dito em todos esses anos que tenho convivido com Vossa Excelência nesta Casa, Vossa Excelência tem sido uma pessoa imparcial e sempre defendendo os seus direitos de democrata na verdadeira acepção da palavra. Por isso mesmo, estranho que Vossa Excelência confunda uma afirmação com uma suspeita. E digo mais: quanto a essa carta que o Senhor tem em mãos, quero dizer a Vossa Excelência que se Vossa Excelência trouxesse a mesma à imprensa e afinal de contas a mim mesmo e também a quem interessou, ou o Senhor a ela, para que, se possível, a gente fosse aos canais competentes para simplesmente sentir da veracidade ou não de suas acusações, ou melhor, das acusações feitas por esta pessoa que mandou a carta para Vossa Excelência e que Vossa Excelência deixa no ar, uma coisa que afinal de contas dá margem para que se suspeitem certas coisas. Porque da mesma forma que o Senhor sempre defende e já se defendeu de muitas acusações que eu mesmo vi aqui nesta Casa, não feitas por mim, também tenho o direito de me defender de suspeitas, como o Senhor está defendendo o seu candidato Saul Raiz de suspeitas, também tenho o direito de me defender de suspeitas que o Senhor não traz à tona e simplesmente dá a entender que existem.

Gostaria, pelo nosso conhecimento, pelo respeito que existe entre nós, que o Senhor trouxesse estes documentos em mãos para que pudéssemos nos defender e mostrar ao Paraná que em Prudentópolis se existe um caminho certo, um caminho honrado, um caminho digno, é o caminho, politicamente falando, o que nós estamos.

**O Sr. Luiz Gabriel Sampaio** — Vossa Excelência permite um aparte?

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Antes de dar o aparte a Vossa Excelência, queria responder ao aparte do Deputado Agibert que "o peixe morre pela boca". Ele acabou morrendo pela boca. Veja Vossa Excelência que ele disse que tem o direito democrático de suspeitar ... a democracia não dá o direito de ninguém lançar dúvidas sobre a conduta moral de qualquer pessoa. Veja que ele me fez um apelo para que eu entregasse cópia desta carta para que o povo não suspeitasse da corrupção em Prudentópolis. Vejam como são as coisas! A preocupação que ele tem com seus correligionários de Prudentópolis, não teve com o presidente da sessão estadual de um partido; levantou suspeitas em busca de notoriedade. Sem outro assunto a falar, deveria calar, como bem disse o Deputado Del Ciel estes dias na televisão: quem não tem o que falar, melhor faria se fechasse a boca.

Nunca vi ninguém ter o direito de publicamente, e mormente sendo um representante do povo numa Casa de respeito, numa Casa de Leis, invocar-se o direito de suspeitar de alguém. Não divulguei a carta, nobre Deputado, porque não tenho provas documentais, as solicitei...

**O Sr. Gilberto Agibert Filho** — Tudo bem.

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — ... daí, virei nesta tribuna. Mas antes disso não tenho o direito, nem Vossa Excelência, nem ninguém tem, de suspeitar de quem quer que seja.

**O Sr. Gilberto Agibert Filho** — Certo. Mas faço questão que o Senhor então pegue estes documentos que tenham veracidade e venha aqui.

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Se eu hoje obtiver, Vossa Excelência não precisa me fazer apelo. É o meu dever de trazê-los aqui. Concedo o aparte ao Deputado Gabriel Sampaio e depois ao Deputado Gabriel Manoel.

**O SR. LUIZ GABRIEL SAMPAIO** — Agradeço a Vossa Excelência, nobre Líder Erondy Silvério e fico muito preocupado porque, evidentemente, Vossa Excelência aborda o problema com muita propriedade e a minha preocupação é que nos avizinhamos da eleição tão duvidada pela Oposição, que é a eleição de 15 de novembro.

Tenho um fato para trazer a Vossa Excelência que é muito semelhante. Realmente, quem não tem o que falar, fala o que não deve e confundem-se profundamente as coisas. Tenho dito sempre que a Oposição está tão pobre de argumentos que fora dos chavões, dos clichês e dos carimbos, realmente não tem nada a apresentar.

Em Maringá foi estes dias um Deputado da Oposição e declarou, a todos os jornais da cidade, que ele tinha certeza da vitória nas urnas mas duvidava das apurações. Esta foi a manchete do "Jornal de Maringá" de quatro, cinco dias atrás. Voltei ao jornal no dia seguinte, Deputado, para fazer declarações semelhantes às suas, dizendo que a Oposição está jogando lama em coisas que não conhece. A Justiça Eleitoral neste País, ou a Justiça de um modo geral, o Poder Judiciário e o Tribunal de Justiça Eleitoral, são intocáveis, que não se pode lançar dúvidas. Simplesmente pelo gosto de lançar, pelo gosto de dizer ou de fazer. Este Deputado Federal, votado com expressiva votação na última eleição, foi dizer que ganharia as eleições mas duvidava das apurações. Dizendo que ia haver ilícitos, ia haver fraudes na apuração. Isso, meu Deus do Céu, é realmente, lançar uma dúvida contra o povo brasileiro, nobre Deputado. Porque quem preside as apurações é a Justiça Eleitoral, mas quem faz as apurações são homens do povo, as mais notórias personalidades de cada comunidade, são convocadas para fazer as apurações, com a Presidência da Justiça Eleitoral, e pelos partidos políticos.

Então, estou preocupadíssimo, nobre Deputado, aonde vai descambar esta argumentação inválida da Oposição, que em lugar de apresentar ao País e ao povo, sobretudo, alternativas para que o povo tenha mais condições, para que os bolsões de miséria sejam extintos, para que os problemas graves deste País sejam resolvidos, eles não têm nenhuma solução a apresentar, porque eles sabem que este Governo está no caminho certo. Mas então eles ficam lançando dúvidas. E eu acho que isto é um caminho perigosíssimo, porque eles estão lançando dúvidas em coisas seriíssimas, como se pudesse realmente um homem público, com a condição de homem público, transmitir a nível de divulgação, de meio de comunicação, suspeitas. Isso é para roda de café, isso é para bate papo de boca de rua mas jamais para boca de homem público, que se diz representante do povo.

Quero aplaudir Vossa Excelência e dizer que essa minha preocupação desse fato de Maringá, e já são fatos que começam a ser somados, Deputado Erondy Silvério, nós precisamos estar atentos, porque realmente por falta de argumentação, por falta de alternativas de soluções talvez nós tenhamos uma campanha eleitoral com simplesmente dúvidas lançadas ao ar, sem nenhuma comprovação.

Muito obrigado.

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Obrigado a Vossa Excelência.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Erondy Silvério, acho que Vossa Excelência defende muito bem, embora o presidente de nosso partido não precise de defesa, porque é um homem que tem lutado junto com nossa equipe, com a equipe de Ney Braga. Agora, o Deputado Agibert, foi um homem que saiu daqui como suplente consagrado pelos companheiros e pelos adversários. Nós o consagramos e achamos que ele seria assim um grande Deputado, um homem imparcial.

Então, quando ele vem atacar o presidente do nosso partido, nós não podemos nem atacar o dele, porque o nosso pessoal não sabe nem que é o presidente do partido dele. Talvez com grande honra que nós não sabemos, porque o nosso é Norton Macedo. E isto não que eu queira menosprezar a presidência do Partido do PMDB. Mas é que nós não nos incomodamos, Deputado Erondy Silvério, com a vida dos outros. Nós estamos apenas, como Vossa Excelência está, como a nossa bancada está, voltada para os interesses do Paraná. E não jogamos pedra no telhado dos outros, quando nosso telhado pode ser de vidro, como é de vidro o telhado deles ...

**O SR. PRESIDENTE (João Mansur)** — Faz soar os tímpanos). Está esgotado o seu tempo.

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência que me conceda o Horário da Liderança.

**O SR. PRESIDENTE (João Mansur)** — Deferido. Vossa Excelência tem mais 15 minutos, do Horário da Liderança.

**O Sr. Gabriel Manoel** — --- Vossa Excelência, conta, com a dignidade que Vossa Excelência tem, de serviços prestados ao Paraná; que o Deputado Norton Macedo tem de serviços prestados ao Paraná e ao Brasil. E quero dizer a Vossa Excelência e pedir mais uma vez que desculpe o Deputado Agibert, porque este moço é bom. Talvez ele tivesse dado um deslize, porque errar é humano.

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Não estou dizendo que ele é ruim.

**O Sr. Gabriel Manoel** — Porque errar é humano e perdoar é divino. Então, Deputado Agibert, o nosso perdão e o nosso apoio a Vossa Excelência quando está defendendo uma causa justa. Porque o Paraná precisa de homens que nunca falem por suspeitas, nunca falem por sofismas. Porque Vossa Excelência sabe da mulher que teve que depenar um frango pela cidade inteira, e depois catar as penas. Talvez fosse preciso o Deputado Agibert catar as penas da calúnia que ele está fazendo.

Muito obrigado, Deputado Erondy Silvério.

**O Sr. Gilberto Agibert Filho** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência fez política na minha cidade e viu do meu comportamento. Fomos antagônicos mas fizemos uma

política em alto nível. Acho que Vossa Excelência mesmo concorda comigo. Eu jamais o ataquei pessoalmente. Jamais entrei em sua vida particular, exatamente, porque respeito a vida dos outros. Mas, no entanto, o Deputado Norton Macedo, quando lá esteve, não sei se Vossa Excelência estava acompanhando o Deputado Norton Macedo...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não, eu estou aqui. Não o acompanhei.

O Sr. Gilberto Agiberti Filho — Não, quando do comício em Prudentópolis há três anos passados.

O Deputado Norton Macedo, de seu palanque, apontando para a minha casa, para a casa de meu pai, me chamou diversas e inúmeras vezes de comunista. Isso foi uma afirmação que ele fez. E eu nem por isso, quis provar em contrário, porque, o povo da minha cidade me julga como Vossa Excelência tem conhecimento, que soube julgar pelos votos nas urnas e no entanto não tomei represália contra a atitude vil do Deputado Norton Macedo, quando ele me chamou de comunista e eu tenho duas, três mil pessoas que são testemunhas deste fato.

E no entanto, eu não sei porque tanta preocupação em torno deste fato.

Então, Deputado Erondy Silvério, quero agradecer novamente a sua grande gentileza de me proporcionar mais um minutinho para eu poder externar que, realmente, as coisas muitas vezes não são postas como devem.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa Excelência e eu conheço o comportamento de Vossa Excelência e não se trata, como disse o Deputado Gabriel Manoel de perdão, absolutamente. Nós estamos fazendo uma crítica dentro daquilo que nos faculta o Regimento Interno e Vossa Excelência guardou as ofensas que diz ter recebido do Deputado Norton Macedo, as quais eu não escutei, porque não participei deste comício e Vossa Excelência sabe que jamais o ataquei em sua cidade, ao contrário, eu tenho dado as melhores referências da atuação de Vossa Excelência neste Parlamento, o que não é favor nenhum, estou apenas fazendo justiça.

Mas, Vossa Excelência guardou as declarações do Deputado Norton Macedo e agora deu o troco, só que fantasiou.

Vossa Excelência confundiu uma viagem oficial numa comitiva do Congresso Nacional, com a peregrinação em busca de recursos financeiros para as supostas campanhas e, evidentemente, é isso que não queremos aceitar.

Eu não queria qualquer polêmica em torno deste assunto. E atender aos desígnios, não sei se de Vossa Excelência, ou de quem quer que seja, que a meu ver foram maliciosos.

Agora esta liderança não poderia calar. Vossa Excelência sabe disso. Deixar sem rebate as declarações que foram descabidas, inteiramente descabidas, sob pena do nosso silêncio ser confundido com culpa, com concordância. E além disso, Vossa Excelência procura, entre linhas, discriminar o nosso candidato, procura apontá-lo à opinião pública pelas suas origens sanguíneas.

E ontem, quando nos prestamos aqui uma homenagem a dois companheiros desaparecidos, Aginaldo Pereira Lima e Olavo Ferreira Garcia, nós pedimos ao final da nossa pequena saudação, ao Deus do Universo que acolhesse em seu seio, as suas almas. Ao Deus de todos nós. Ao Deus dos brancos, dos pretos, dos amarelos, dos judeus, dos comunistas, dos católicos, dos evangélicos, dos budistas, isto é confraternização universal.

Nós pedimos a um Deus que é um só. Como este País é fruto de um caldeamento de raças, Vossa Excelência é fruto deste caldeamento de raças. Vossa Excelência não tem o sangue

puro, como eu não tenho.

Então, por que tentar discriminar um candidato pelas suas origens judaicas? Ou Vossa Excelência acredita em histórias de "carochinhas", que foram os judeus que mataram Jesus Cristo. Só se Vossa Excelência acreditar nisso. São essas coisas que nós não aceitamos.

E esta nossa reação não implica, Sr. Deputado, em reconhecer em Vossa Excelência um dos mais respeitados membros deste Poder. Vossa Excelência tem tido uma atuação decente, coerente nesta Casa. Fazemos política antagônica no mesmo município. Recebi as melhores provas de consideração de Vossa Excelência e as retribui. Aqui está, Sr. Deputado, uma carta, da qual vou ler apenas o início para Vossa Excelência, e que eu jamais divulguei, recebida em 78: "o maior crime da história política de Prudentópolis, com o dinheiro do povo. Jamais, na história política do Município...", e aí por diante, que eu não vou continuar, porque isto aqui pode ser fruto de quem perdeu a eleição; pode ser fruto de desavenças pessoais, pode ser fruto do mesmo temor com que está Vossa Excelência, com a ascensão do nosso candidato.

Vossa Excelência procura culpá-lo aos olhos do povo, de receber dinheiro de uma potência estrangeira, nas entrelinhas da sua entrevista. Ela foi maliciosa, ela foi insidiosa, e o nosso silêncio significaria concordância com o absurdo que Vossa Excelência diz.

Vossa Excelência jamais ouvirá da minha boca, desta tribuna, ou em entrevistas à imprensa, escrita, falada ou televisionada, uma crítica ao presidente da agremiação de Vossa Excelência, que eu respeito, porque é presidente de uma agremiação política, uma agremiação que faz política, que luta pelo regime democrático no País, que luta pela felicidade do povo. Todos os partidos querem isto. No âmago dos programas partidários existe isso. Infelizmente, em todos os partidos existem os corruptos, existem os fisiológicos, existem os maus políticos, aqueles que desrespeitam o compromisso assumido com o povo. Em todos os partidos.

Veja a direção partidária do partido ao qual pertence Vossa Excelência. Há quantos e quantos anos não é renovada? Os homens que lá estão, agarram-se no Poder, não abriam caminho à renovação político-partidária de Vossa Excelência.

No Paraná, não!

O nosso Presidente é jovem, é uma das mais brilhantes figuras no Congresso Nacional. Então, veja Vossa Excelência como é delicada a crítica inconsistente, apenas com objetivos políticos muitas e muitas vezes inconfessáveis.

Agradeço, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — No horário da Liderança, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

O povo do Paraná começa a assistir ao verdadeiro festival de corrupção, de aplicação do dinheiro público em proveito próprio, de desrespeito flagrante às leis vigentes, de farta distribuição de verbas do Banco do Estado do Paraná S.A., enfim de todo o tipo de pressão.

O desespero, ao que parece, já tomou conta do Palácio Iguaçu. A oligarquia que transformou este Estado, numa capitania hereditária, loteando cargos e promovendo corrupção, a corrupção que nunca o Estado do Paraná conheceu, começa a dar os seus últimos suspiros.

Os estelionatários da política estão à solta, usando de todos os meios ilegais, indecorosos, inconfessáveis, marginalizando, perseguindo, comprando consciências com o dinheiro público, como foi o caso específico de Londrina.

Tomamos conhecimento, na última terça-feira, por exemplo, de que os Prefeitos da Oposição não estão recebendo as verbas do PRÓ-SAFRA.

Na última terça-feira, pela manhã, o Prefeito Mauro Abigalino, do PMDB, da Cidade de Kaloré, esteve no DER, e ali foi informado de que não havia nenhuma verba estipulada para o Município de Kaloré, onde o Prefeito é do PMDB, porém, quase todos os Prefeitos do PDS já receberam as suas parcelas do PRÓ-SAFRA. Esta marginalização dos Prefeitos da Oposição é uma demonstração de que, o desespero já bate às portas do Palácio Iguaçu, e mais, muitos Prefeitos do PMDB ainda não receberam a 2a. parcela da verba prometida em setembro, em agosto do ano passado, pela Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios, uma promessa do atual candidato oficial do PDS às eleições de 15 de novembro, cumprida parcialmente, e, temos depoimentos de vários Prefeitos do PMDB, que estão aguardando até hoje a liberação da 2a. parcela daquela verba prometida o ano passado. Esses homens do Governo estão brincando com o dinheiro do povo, certamente estão aplicando essas verbas, em promoção pessoal, através dos veículos de divulgação! São assim, na verdade, esses "biônicos" inexpressivos, precisam da divulgação diária, constante, na televisão, no rádio ou no jornal, precisam esparramar o dinheiro público, para que o povo passe a saber que eles existem. E dinheiro do povo é o que não está faltando para esse fim de promoção social, de promoção pessoal, digo, porque, afinal de contas, segundo se comenta, a própria imprensa divulga, o candidato oficial do Governo recebe em dólares, do exterior, para gastar à vontade em sua campanha, talvez patrocinado por organismos internacionais que nós desconhecemos. Enquanto os Prefeitos da Oposição são marginalizados, enquanto o povo é obrigado a engolir os feitos (entre aspas) do nosso Interventor, enquanto a máquina governamental é usada de forma descarada, enquanto tudo isto ocorre, as pesquisas populares aí estão retratando a verdadeira realidade da política do Paraná onde despontam três nomes para o Governo: José Richa, Paulo Cruz Pimentel e Jayme Canet Júnior, todos eles, da Oposição, candidatos fabricados por oligarquias caducas e decrepitas, fatalmente serão repelidos pela opinião pública do Paraná, pois o povo paranaense não aceita canga e, muito menos, apelos de que, há 16 anos não disputa eleições na urna, com o voto direto e secreto. O eleitorado paranaense já se decidiu pela mudança, o povo, cheio de vida neste Estado jovem, vai combater a necrose, neste Estado. É a disputa da vida, contra a necrose, do humano contra o desumano; aqueles que assim não entendem este momento político, melhor fariam se aceitassem a aposentadoria natural pois, caso contrário, essa aposentadoria será concedida nas urnas após a apuração do pleito de 15 de novembro. Será um ano muito difícil para as Oposições do Paraná, e, pelas nossas andanças em quase 30 municípios durante o recesso ao lado de José Richa, Jayme Canet, de Álvaro Dias, de Oswaldo Macedo, de Tavares, de Hélio Duque, de Alencar Furtado, Leite Chaves, Dácio Leonel, pudemos constatar que, o dinheiro público está sendo desviado para montar esquemas governamentais para comprar cidadãos, para comprar consciências, mas com o dinheiro que é do erário público, é o dinheiro do povo paranaense que esses homens que se encastelaram no Palácio Iguaçu, estão a esparramar por todos os cantos deste Estado.

Será a campanha do milhão contra o tostão, já sabemos, porque inclusive gráficas aqui de Curitiba estão fazendo decalques para os candidatos do Governo e recebendo no caixa do

Banco do Estado do Paraná, que vai ser o caixa forte do PDS nesta eleição. Veículos oficiais, e isso constitui crime, veículos oficiais com chapas frias, com chapas amarelas de particulares, rodando, fazendo política neste Estado do Paraná. O PMDB fará certamente muitas denúncias neste Plenário alertando a opinião pública, para esse verdadeiro massacre, para essa indiscriminação para com os municípios que têm Prefeitos do PMDB, como foi o caso da verba do PRÓ-SAFRA, ligada pelos homens do Governo simplesmente porque o Prefeito é do PMDB. E a segunda parcela também que os Prefeitos estão cobrando prometida no ano passado pelo atual candidato ao Governo e em função desta discriminação, desta marginalização, os Prefeitos do PMDB e do PP se reuniram na última terça-feira na Associação dos Municípios, para definir uma estratégia, uma tomada de posição conta todos esses atos de indiscriminação cometidos pelo atual Governo que se rotula o dono do Estado do Paraná e o dono da vontade do povo paranaense.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PTB se deseja usar o seu horário. (Declina). Está encerrado o Horário do Expediente.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Deputado Paulo Camargo, que requer a suspensão da sessão de hoje em homenagem ao ex-Deputado Felizardo Gomes da Costa. (Lê o requerimento):

"Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a suspensão da sessão do dia de hoje em homenagem ao ex-Deputado Sr. Dr. FELIZARDO GOMES DA COSTA, ocorrido ontem nesta Capital.

Sala das Sessões, em 04 de março de 1982.

(a) PAULO CAMARGO.

JUSTIFICATIVA:

O Dr. FELIZARDO GOMES DA COSTA, figura da mais proeminentes nos meios sociais e políticos do nosso Estado, nascido em Antonina, de tradicional família capelista, formado em Engenharia Civil, foi funcionário público federal durante muitos anos.

Militou no Partido Republicano desde sua organização no Paraná, pelo qual foi eleito Deputado Estadual na segunda legislatura. Por sua probidade e capacidade administrativa foi posteriormente designado Secretário de Viação e Obras Públicas, Secretário da Fazenda e Presidente do Banco do Estado do Paraná, onde se destacou com grandes gestões.

Pelos inúmeros serviços prestados ao nosso Estado nada mais justo que a homenagem requerida."

Em votação.— Aprovado.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 8, à hora regimental, com a Ordem do Dia destinada à organização das Comissões Técnicas.

Levanta-se a sessão.